

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	95
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	97
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	22.357.847.595
Preferenciais	0
Total	22.357.847.595
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	1.345.462	910.328	792.424
1.01	Ativo Circulante	121.419	70.638	41.168
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.673	47.951	27.347
1.01.02	Aplicações Financeiras	93.262	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	93.262	0	0
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	93.262	0	0
1.01.03	Contas a Receber	16.759	14.118	9.909
1.01.03.01	Clientes	16.759	14.118	9.909
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.454	3.834	1.808
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.454	3.834	1.808
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.018	4.273	874
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.253	462	1.230
1.01.08.03	Outros	1.253	462	1.230
1.02	Ativo Não Circulante	1.224.043	839.690	751.256
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	282.095	18.761	11.231
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	254.838	0	0
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	254.838	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	0	3.716	3.716
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	3.716	3.716
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.018	14.094	7.269
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.018	14.094	7.269
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	239	951	246
1.02.03	Imobilizado	9.030	9.142	6.515
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.030	9.142	6.515
1.02.04	Intangível	932.918	811.787	733.510
1.02.04.01	Intangíveis	932.918	811.787	733.510
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	501.479	512.341	522.450
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	430.921	298.918	210.414
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	518	528	646

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	1.345.462	910.328	792.424
2.01	Passivo Circulante	70.990	658.340	533.174
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.737	3.586	3.505
2.01.01.01	Obrigações Sociais	531	475	405
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.206	3.111	3.100
2.01.02	Fornecedores	22.564	20.241	21.249
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.564	20.241	21.249
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.242	2.922	2.920
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.032	1.640	1.778
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.032	1.640	1.778
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.210	1.282	1.142
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	41.133	627.059	481.438
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	37.797	603.605	481.438
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	37.797	603.605	481.438
2.01.04.02	Debêntures	3.336	0	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	23.454	0
2.01.04.03.01	Instrumento financeiro derivativo	0	23.454	0
2.01.05	Outras Obrigações	485	874	814
2.01.05.02	Outros	485	874	814
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	257	578	539
2.01.05.02.05	Outros Passivos	228	296	275
2.01.06	Provisões	829	3.658	23.248
2.01.06.02	Outras Provisões	829	3.658	23.248
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	829	3.658	23.248
2.02	Passivo Não Circulante	1.111.252	63.806	51.842
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.027.049	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.027.049	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	47.889	44.540	41.358
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	45.191	41.615	38.195

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	45.191	41.615	38.195
2.02.02.02	Outros	2.698	2.925	3.163
2.02.02.02.03	Outros Passivos	2.698	2.925	3.163
2.02.04	Provisões	36.314	19.266	10.484
2.02.04.02	Outras Provisões	36.314	19.266	10.484
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	1.678	1.686	1.480
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.010	4.420	4.837
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	31.626	13.160	4.167
2.03	Patrimônio Líquido	163.220	188.182	207.408
2.03.01	Capital Social Realizado	223.578	223.578	223.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-60.358	-24.024	-16.170
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-11.372	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	317.206	275.247	242.405
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-232.986	-182.878	-161.748
3.03	Resultado Bruto	84.220	92.369	80.657
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.354	-23.090	-16.103
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.718	-21.633	-14.788
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	72	-143	51
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.708	-1.314	-1.366
3.04.05.01	Honorários da Administração	-1.708	-1.314	-1.366
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	62.866	69.279	64.554
3.06	Resultado Financeiro	-117.981	-78.100	-80.773
3.06.01	Receitas Financeiras	22.434	9.779	7.648
3.06.02	Despesas Financeiras	-140.415	-87.879	-88.421
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-55.115	-8.821	-16.219
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	18.781	967	5.018
3.08.02	Diferido	18.781	967	5.018
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-36.334	-7.854	-11.201
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-36.334	-7.854	-11.201
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,00163	-0,00035	-0,00050

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-36.334	-7.854	-11.201
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.372	-11.372	0
4.02.01	Perda sobre hedge de fluxo de caixa	-6.797	-17.230	0
4.02.02	Impostos diferidos s/ perda de hedge de fluxo de caixa	2.311	5.858	0
4.02.03	Perda sobre hedge de fluxo de caixa	24.027	0	0
4.02.04	Impostos diferidos sobre perda sobre hedge de fluxo de caixa	-8.169	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-24.962	-19.226	-11.201

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	71.531	85.645	99.679
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	68.703	96.319	87.266
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-36.334	-7.854	-11.201
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-18.781	-967	-5.018
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	17.795	14.603	12.820
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	746	1.240	6.990
6.01.01.05	Juros e Variações Monetários - Empréstimos e Financiamentos	65.779	70.317	76.646
6.01.01.06	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	3.557	3.420	4.138
6.01.01.07	Provisão para demandas judiciais	8	206	1.438
6.01.01.08	Provisão para manutenção em rodovias	18.467	8.993	1.453
6.01.01.09	Perda não realizada com operação de derivativo	31.467	6.224	0
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível	418	137	0
6.01.01.11	Rendimento de aplicações financeiras	-14.419	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.828	-10.674	12.413
6.01.02.01	Contas a Receber	1.075	-4.209	-2.240
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	2.967	-4.104	42
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-1.620	-2.026	-1.561
6.01.02.04	Outros Ativos	-771	768	-876
6.01.02.05	Fornecedores e Prestadores de Serviços	2.323	-1.008	11.327
6.01.02.06	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-321	39	148
6.01.02.07	Obrigações Tributárias	-680	2	802
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	151	81	1.380
6.01.02.09	Outros passivos	-296	-217	3.391
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-477.900	-115.891	-102.777
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-1.153	-3.359	-5.229
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-138.079	-77.327	-40.559
6.02.03	Provisão para investimentos em rodovias	-4.986	-35.205	-56.989
6.02.04	Aplicações financeiras	-383.529	0	0
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	49.847	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	361.091	50.850	-44.680
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	44.500	592.506	959.095
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-692.627	-541.656	-1.003.775
6.03.06	Captação de debêntures	1.005.882	0	0
6.03.07	Juros não pagos	3.336	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-45.278	20.604	-47.778
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.951	27.347	75.125
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.673	47.951	27.347

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-36.334	11.372	-24.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-36.334	0	-36.334
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.486	-4.486
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-6.797	-6.797
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.311	2.311
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	15.858	15.858
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	24.027	24.027
5.05.03.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.169	-8.169
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-60.358	0	163.220

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.854	-11.372	-19.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.854	0	-7.854
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.372	-11.372
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-17.230	-17.230
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.858	5.858
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-4.969	0	218.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-4.969	0	218.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.201	0	-11.201
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-11.201	0	-11.201
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-11.201	0	-11.201
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-16.170	0	207.408

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	333.780	290.721	256.615
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	186.110	172.442	158.685
7.01.02	Outras Receitas	147.670	118.279	97.930
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	142.238	113.479	97.350
7.01.02.02	Receitas Acessórias	5.432	4.800	580
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-213.158	-177.491	-144.354
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-66.441	-58.702	-42.125
7.02.04	Outros	-146.717	-118.789	-102.229
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-142.238	-113.479	-97.350
7.02.04.02	Custo de Concessão - Ônus Variável	-4.479	-5.310	-4.879
7.03	Valor Adicionado Bruto	120.622	113.230	112.261
7.04	Retenções	-17.795	-14.603	-12.820
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.795	-14.603	-12.820
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	102.827	98.627	99.441
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.434	9.779	7.648
7.06.02	Receitas Financeiras	22.434	9.779	7.648
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	125.261	108.406	107.089
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	125.261	108.406	107.089
7.08.01	Pessoal	21.844	19.294	18.036
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.877	14.794	12.845
7.08.01.02	Benefícios	3.967	4.500	5.191
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.149	14.678	19.367
7.08.02.01	Federais	-10.622	5.921	11.320
7.08.02.03	Municipais	9.473	8.757	8.047
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	140.900	82.288	80.887
7.08.03.01	Juros	138.514	79.961	80.784
7.08.03.02	Aluguéis	2.386	2.327	103
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-36.334	-7.854	-11.201
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-36.334	-7.854	-11.201

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2013

Tópicos	Índice
Destaques	Página 1
Apresentação dos Resultados	Página 2
Sumário Executivo	Página 2
Sobre a Concessão	Página 3
Tarifas e Tráfego	Página 4
Receitas	Página 5
Custos e Despesas	Página 6
EBITDA	Página 7
Resultado Financeiro	Página 8
Principais Obras e Investimentos	Página 10
Responsabilidade Socioambiental	Página 12
Demonstrações Financeiras	Página 13

Relações com Investidores:

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

*Diretor Administrativo e Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

Thiago Jordão Rocha

*Gerente de Controladoria e de
Relações com Investidores*

**Tel.: (11) 4602-7900 Fax: (11)
4602-8069**

**Email: ri@rodoviasdotiete.com.br
www.rodoviasdotiete.com.br/ri**

DESTAQUES

- **RATING Moodys (dez/13) - Ba2 e Aa3.br**
- **CRESCIMENTO DE 7,7% NO TRÁFEGO EM EIXOS EQUIVALENTES**
- **INÍCIO DA COBRANÇA DE EIXOS SUSPENSOS**
- **R\$ 317 MILHÕES DE RECEITA LÍQUIDA**
- **CRESCIMENTO DE 6,6% DO EBITDA DE 2013 X 2012**
- **EMIÇÃO DE DEBÊNTURES A 15 ANOS DE R\$ 1.065 MILHÕES**

Relatório da Administração

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As informações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações não contábeis não constituem objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2013 foi marcado por alterações macroeconômicas no Brasil, com a alta na taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC), passando de 7,25% a.a. para 10,5% a.a. e com o índice oficial de inflação do país (IPCA) de 5,91% dentro da meta do Governo, de 2,5% a.a. à 6,5% a.a.. Já o Produto Interno Bruto (PIB) ficou abaixo das expectativas do Governo e do mercado com crescimento de 2,5% frente a 2012, quando a previsão era de 4% de crescimento.

Mesmo com as incertezas no mercado, a Rodovias do Tietê conseguiu, em 2013, expandir suas operações. O reflexo disso foi o crescimento de 7,7% no tráfego, em eixos equivalentes, o que representa uma variação positiva de 5,2 pontos percentuais frente ao PIB de 2013. Porém, esse impacto não impactou diretamente as receitas da Companhia, visto que em julho não foi autorizado pela Artesp o reajuste das tarifas de pedágio, compensada parcialmente pelo início da cobrança do eixos suspensos.

Na esfera financeira, concluímos em julho a mudança do perfil de nosso endividamento, com a emissão de debêntures de R\$ 1.065 milhões a 15 anos, o que garantirá fluxo de caixa para financiamento das principais obras da Concessão, como as duplicações da SP-101, SP-308 e a Construção do Contorno de Piracicaba.

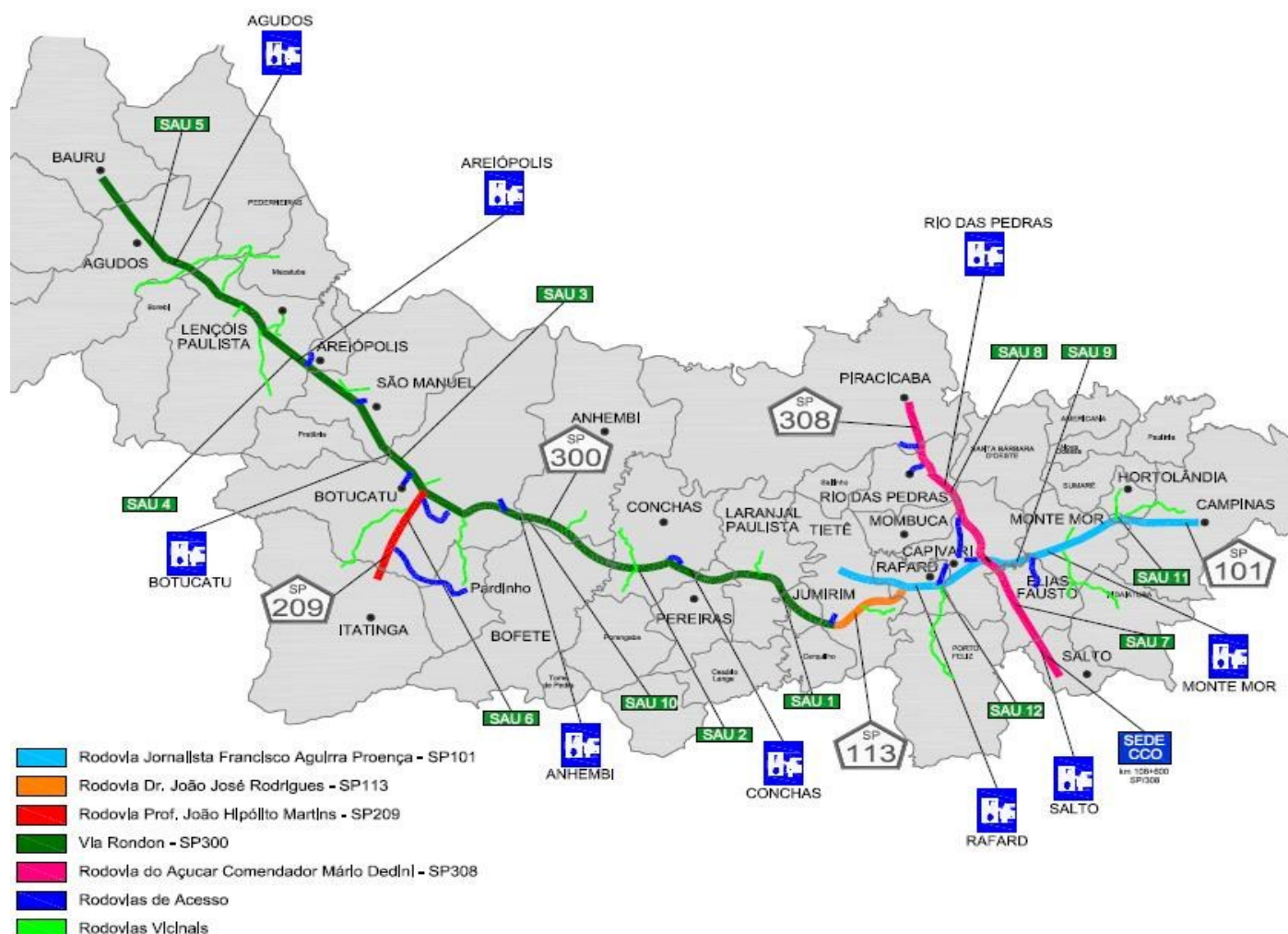
Relatório da Administração

SOBRE A CONCESSÃO

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da



Relatório da Administração

TARIFAS

No ano de 2013, não houve reajuste das tarifas de pedágio, sendo compensado em parte pelo início da cobrança de eixos suspensos.

Praça	Localização	Veículo de Passeio	Eixo Comercial	Motocicletas
1	Monte Mor (SP-101)	R\$ 4,70	R\$ 4,70	R\$ 2,35
2	Rafard (SP –101)	R\$ 3,70	R\$ 3,70	R\$ 1,85
3	Conchas (SP-300)	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 2,50
4	Anhembi (SP-300)	R\$ 5,60	R\$ 5,60	R\$ 2,80
5	Botucatu (SP-300)	R\$ 3,90	R\$ 3,90	R\$ 1,95
6	Areiópolis (SP-300)	R\$ 4,40	R\$ 4,40	R\$ 2,20
7	Agudos (SP-300)	R\$ 4,30	R\$ 4,30	R\$ 2,15
8	Salto (SP-308)	R\$ 2,50	R\$ 2,50	R\$ 1,25
9	Rio das Pedras (SP-308)	R\$ 3,80	R\$ 3,80	R\$ 1,90

TRÁFEGO

- ⇒ Crescimento de 7,7% de Eixos Equivalentes entre 2012 e 2013.
- ⇒ Desde o início da cobrança dos eixos suspensos (28/07/2013) o crescimento, comparando-se a 2012 foi de 10,6%, composto por 5,1% de Crescimento do Tráfego e 5,5% de Crescimento dos Eixos Suspensos.
- ⇒ Em 2013 verifica-se uma transferência no tráfego da CRT, com perda de veículos comerciais leves (2 e 3 eixos) e crescimento de veículos comerciais pesados (4 ou mais eixos). Esta transferência tende-se a acentuar com a prática e fiscalização da Lei 12.619 (Estatuto dos Motoristas), que torna o frete de veículos comerciais mais caro devido aos encargos trabalhistas (limite de horas de trabalho), levando as transportadoras a optarem por veículos com maior capacidade de transporte.

Veículos (em eixos equivalentes)	2013	2012	Varição (em %)
Passeio	19.444.642	18.886.220	3,0%
Comerciais Leves	10.699.081	11.063.325	-3,3%
Comerciais Pesados	16.160.605	13.061.988	23,7%
TOTAL	46.304.328	43.011.533	7,7%

Relatório da Administração

RECEITAS

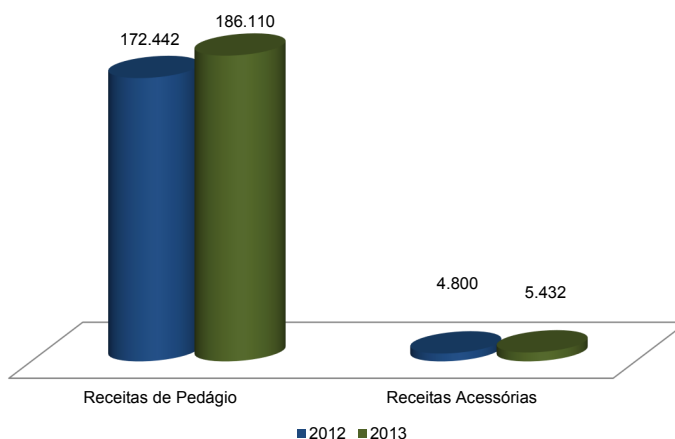
A Concessionária obteve, em 2013, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 186.110 mil (R\$ 172.442 mil em 2012). No mesmo período, arrecadou R\$ 5.432 mil (R\$ 4.800 mil em 2012) a título de receita acessória, principalmente no aluguel de fibra ótica. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 16.574 mil em 2013 e R\$ 15.474 mil em 2012.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, em 2013, R\$ 142.238 mil de receita de construção contra R\$ 113.479 mil em 2012 com contrapartida nos custos de construção.

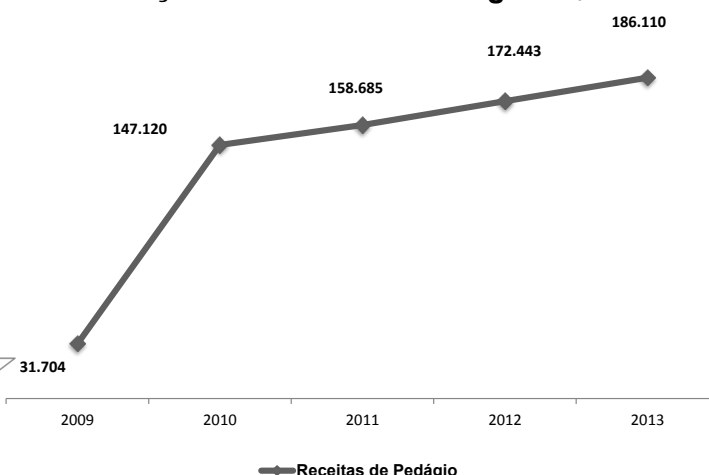
De acordo com o CPC30 – Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Receitas (em R\$ mil)	2013	2012	Variação (em %)
Receitas de Pedágio	186.110	172.442	8,1%
Receitas Acessórias	5.432	4.800	13,1%
Impostos sobre Receitas	(16.574)	(15.474)	7,1%
Receitas Operacionais	174.968	161.768	8,1%
Receitas de Construção	142.238	113.479	25,3%
TOTAL	317.206	275.247	15,2%

Receitas - R\$ Mil



Evolução da Receita de Pedágio- R\$ Mil



Relatório da Administração

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa

Custos e Despesas (em R\$ mil)	2013	2012	Variação (em %)
Despesas de Pessoal	(20.136)	(19.294)	4,4%
Serviços de Terceiros	(28.011)	(24.783)	13,0%
Manutenção e Conservação	(13.225)	(9.156)	44,4%
Seguros e Garantias	(5.986)	(5.288)	13,2%
Ônus Variável	(4.479)	(5.310)	-15,6%
Outros	(4.075)	(4.919)	-17,2%
Custos e Despesas Operacionais	(75.912)	(68.750)	10,4%
Depreciação e Amortização	(17.795)	(14.603)	21,9%
Custo do Serviço de Construção	(142.238)	(113.479)	25,3%
Provisões para Manutenção (IFRS)	(18.467)	(8.993)	105,3%
TOTAL	(254.412)	(205.825)	23,6%

Em 2013, houve um aumento de 10,4% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 68.750 mil em 2012 para R\$ 75.912 mil em 2013. As principais variações foram:

- ⇒ Serviços de Terceiros — 13%. Resultante, principalmente, dos maiores custos com consultoria jurídica para ações de desapropriação, com impacto positivo no Capex.
- ⇒ Manutenção e Conservação - 44,4%. Resultante, principalmente do início da manutenção e conservação das vicinais não existente em 2012.

Já os custos com depreciação e amortização foram 21,9% maiores devido ao crescimento da curva de tráfego utilizada para esse cálculo. Os custos com serviços de construção são resultantes do maior Capex em 2013 e as provisões para manutenção referem-se ao provisionamento para os recapeamentos e troca de sinalização que ocorrerão à partir de 2017.

Relatório da Administração

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2013	2012	Variação (em %)
Resultado Líquido do Período	(36.334)	(7.854)	362,6%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(18.871)	(967)	1851,5%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	117.981	78.100	51,1%
(+/-) Depreciação e Amortização	17.795	14.603	21,9%
EBITDA	80.571	83.882	-3,9%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	18.467	8.993	105,3%
EBITDA AJUSTADO	99.038	92.875	6,6%
MARGEM EBITDA AJUSTADO	56,6%	57,4%	-0,8 p.p.

Em 2013, houve um aumento de 6,6% no EBITDA ajustado que passou de R\$ 92.875 mil em 2012 para R\$ 99.038 mil em 2013. As principais variações foram:

- ⇒ Receitas de Pedágio: aumento de 8,1% devido ao crescimento de tráfego e início da cobrança dos eixos suspensos.
- ⇒ Compensado parcialmente pelo crescimento nos custos e despesas operacionais devido ao início da manutenção e conservação de 200 km de rodovias vicinais

A análise da Margem EBITDA mostra uma diminuição de 0,8 pontos percentuais principalmente pelo aumento nos custos operacionais citado no item acima.

Relatório da Administração**RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro de 2013, comparado a 2012, está assim composto:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2013	2012	Variação (em %)
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	(103.470)	(70.317)	-47,1%
Perda com Operação de Derivativo	(31.467)	(6.224)	-405,6%
Juros sobre Mútuo	(3.577)	(3.420)	-4,6%
Outras Despesas Financeiras	(1.901)	(7.918)	76,0%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(140.415)	(87.879)	-59,8%
Receitas Financeiras	22.434	9.779	129,4%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(117.981)	(78.100)	-51,1%

Em 2013, houve um decréscimo de 51,1% no Resultado Financeiro que passou de -R\$ 78.100 mil em 2012 para -R\$ 117.981 mil em 2013. As principais variações foram:

- ⇒ Juros: devido ao aumento do montante da dívida. No encerramento de 2012, a dívida era de R\$ 600 milhões em notas promissórias com vencimento em 360 dias e no encerramento de 2013 a dívida é composta por debêntures no montante de R\$ 1.065 milhões com vencimento em 15 ano.
- ⇒ Perda com operação de derivativo: às notas promissórias liquidadas em julho de 2013 estava atrelada uma operação de derivativo classificada como Hedge de Fluxo de Caixa. Essa operação previa a troca de CDI + 3,7% a.a. por IPCA + 8,35% a.a., que ocorreu no momento de sua liquidação, gerando uma perda de R\$ 31.467 mil no ano. Esse é o principal fator que explica o prejuízo de 2013.
- ⇒ Receitas Financeiras: principalmente pelo maior caixa excedente com o aumento do montante da dívida

Relatório da Administração

DEBÊNTURES

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures e o financiamento de obras previstas no Contrato de Concessão.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures serão remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento ocorreu em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil.

Relatório da Administração

PRINCIPAIS OBRAS E INVESTIMENTOS



Contorno de Piracicaba

Com início em abril de 2011, o Contorno de Piracicaba irá inserir o município em uma nova e importante realidade, já que é uma mudança esperada há mais de 20 anos pela população. Com 9 quilômetros de extensão a obra melhorará significativamente o tráfego na região, já que parte dos caminhões terá outra opção de trajeto, por fora do município. A mudança facilitará também o escoamento de produções e aumentará a fluidez dos veículos da cidade.

O valor investido na obra será de R\$ 78 milhões e interligará a SP-308 (Rodovia do Açúcar – Salto a Piracicaba) com a SP-304 (Rodovia Luiz de Queiroz—Piracicaba a Americana) e SP-127 (Rodovia Cornélio Pires – Piracicaba a Rio Claro), passando pela SP-147 (Rodovia Deputado Laércio Cortes – Piracicaba a Limeira). A previsão de término da obra é em setembro de 2014 e prevê-se um de fluxo de 12 mil veículos/dia.



Duplicação da SP-101

A primeira etapa de ampliação da rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP 101) – que liga Campinas a Capivari – foi concluída e entregue em maio de 2013 com 3,24 quilômetros de vias duplicadas (km 11+400 ao 14+640), dispositivo de acesso e retorno no km 13+500, duas passarelas e quatro pontos de ônibus, com investimento total de R\$ 11,6 milhões.

A segunda fase da duplicação da SP-101, entre os km 14+640 e km 25+700, está em andamento desde setembro de 2013. Com investimento de R\$ 39 milhões, a obra é de alta complexidade, pois é realizada em trecho densamente urbanizado. Estão em construção duas pontes – uma sobre o rio Capivari e outra sobre o Córrego Aterrado –, cinco passarelas (duas já entregues), dez pontos de ônibus e quatro novos dispositivos de acesso e retorno. A previsão de término da obra é em setembro de 2014.

Relatório da Administração

PRINCIPAIS OBRAS E INVESTIMENTOS



Duplicação da SP-308

A duplicação da Rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308), que liga Salto a Piracicaba ocorrerá em 2 etapas. A primeira com início em 2012 e término previsto para setembro de 2014 compreende o trecho entre Piracicaba e Capivari, são 25,8 quilômetros em duplicação, além da construção de seis dispositivos de acesso e retorno, com orçamento de R\$ 67 milhões. O segundo trecho terá início em 2015 e término previsto para 2016.



Demais Obras Concluídas em 2013

- ⇒ Conclusão das SPA's (acessos): investimento de R\$ 22 milhões
- ⇒ Recapeamento da SP-209: investimento de R\$ 7,7 milhões
- ⇒ Melhoria em Dispositivos na SP-300: investimento de R\$ 1,2MM
- ⇒ Passarelas na SP-101 e SP-300: investimento de R\$ 6,2 milhões
- ⇒ Implantação de Sinalização e Elementos de Segurança: investimento de R\$ 8,2 milhões

Relatório da Administração

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Social – Valorização da Vida

A concessionária lançou em 2013 as campanhas Abrace a Vida - motociclista, Abrace a Vida - pedestre e Abrace o Trânsito - escola.

Como parte do Programa de Redução de Acidentes, as ações visam à redução do número de acidentes com motociclistas e pedestres e a orientação de crianças sobre segurança no trânsito.

As campanhas têm parceria da Associação Brasileira de Distribuidores Honda (AssoHonda), material didático, spots nas rádios CBN Campinas e Onda Livre de Piracicaba, cartazes e folhetos afixados e distribuídos em parceria com a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (EMTU), 48 faixas instaladas ao longo das rodovias, eventos com checkup mecânico básico em motos e palestras ministradas em empresas. Em 2013, 584 pessoas participaram das palestras.

O Abrace o Trânsito - Escola foi criado para conscientizar as crianças sobre os riscos do trânsito, pois além de usuárias são excelentes multiplicadoras do conhecimento. As primeiras edições foram realizadas com alunos de 9 a 12 anos da rede municipal de Salto. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras orientativas e visita ao Centro de Controle Operacional da Concessionária.

Meio Ambiente

No ano passado iniciou-se o plantio de 119 mil mudas de árvores, cumprindo o Termo de Recuperação Ambiental que define a compensação verde às obras de duplicação das rodovias, de implantação de dispositivos de acesso e retorno e recuperação de acostamento.

Além do plantio e preservação de mudas e vegetação, a empresa mantém as rodovias limpas. Somente em 2013 foram retiradas 447 toneladas de lixo comum, além de 241,34 toneladas de resíduos e 28,65 toneladas de pneus e restos de acidentes destinados para a reciclagem.

Lonas utilizadas em campanhas educacionais e institucionais foram doadas ao projeto social Cardume de Mães, de São Paulo, formado dentro da ONG Projeto Arrastão. Com a parceria, o material foi reaproveitado na confecção de ecobags e o dinheiro revertido para as artesãs do projeto.

Relatório da Administração**BALANÇO PATRIMONIAL**

ATIVO (em R\$ mil)	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.673	47.951
Aplicações financeiras vinculadas	93.262	-
Contas a receber	16.759	14.118
Despesas antecipadas	2.018	4.273
Tributos a recuperar	5.454	3.834
Outros ativos	1.253	462
	121.419	70.638
Não circulante		
Contas a receber	-	3.716
Aplicações financeiras vinculadas	254.838	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.018	14.094
Despesas antecipadas	239	951
Imobilizado	9.030	9.142
Intangível	932.918	811.787
	1.224.043	839.690
Total do Ativo	1.345.462	910.328

PASSIVO (em R\$ mil)	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores e prestadores de serviços	22.564	20.241
Nota promissória	-	603.605
Empréstimos	37.797	-
Debêntures	3.336	-
Credor pela concessão	257	578
Obrigações tributárias	2.242	2.922
Obrigações trabalhistas	3.737	3.586
Instrumento financeiro derivativo	-	23.454
Provisões	829	3.658
Outros passivos	228	296
Passivo Circulante	70.990	658.340
Provisões	36.314	19.266
Debêntures	1.027.049	-
Mútuos a pagar a partes relacionadas	45.191	41.615
Outros passivos	2.698	2.925
Passivo Não Circulante	1.111.252	63.806
Total do passivo	1.182.242	722.146
Capital social	223.578	223.578
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(11.372)
Prejuízos acumulados	(60.358)	(24.024)
Total do patrimônio líquido	163.220	188.182
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.345.462	910.328

Relatório da Administração**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ mil)	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	317.206	275.247
Custos dos serviços prestados	(232.986)	(182.878)
Lucro bruto	84.219	92.369
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas	(21.426)	(22.947)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	73	(143)
	(21.353)	(23.090)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	62.866	69.279
Despesas financeiras	(140.415)	(87.879)
Receitas financeiras	22.434	9.779
	(117.981)	(78.100)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(55.115)	(8.821)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.781	967
Prejuízo do exercício	(36.334)	(7.854)

Relatório da Administração**FLUXO DE CAIXA**

FLUXO DE CAIXA (em R\$ mil)	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo do exercício	(36.334)	(7.854)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.781)	(967)
Depreciação e amortização	17.795	14.603
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	746	1.240
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e empréstimos	65.779	70.317
Perda em operação com derivativo	31.467	6.224
Rendimento de aplicações financeiras	(14.419)	-
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	418	137
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	3.557	3.420
Provisão para demandas judiciais	8	206
Provisão para manutenção em rodovias	18.467	8.993
Fluxos de caixa das atividades operacionais	68.703	96.319
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	1.075	(4.209)
Despesas antecipadas	2.967	(4.104)
Tributos a recuperar	(1.620)	(2.026)
Outros ativos	(791)	768
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	2.323	(1.008)
Credor pela concessão - ônus variável	(321)	39
Obrigações tributárias	(680)	2
Obrigações trabalhistas	151	81
Outros passivos	(296)	(217)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	71.511	85.645
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(383.529)	
Resgate de aplicações financeiras	49.847	
Investimentos no ativo imobilizado	(1.153)	(3.359)
Provisão para investimentos em rodovias – pagamentos	(4.986)	(35.205)
Investimentos no ativo intangível	(138.079)	(77.327)
Caixa líquido usada nas atividades de investimento	(477.900)	(115.891)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de notas promissórias e captação de financiamentos	44.500	592.506
Pagamento de notas promissórias e financiamentos (principal)	(649.221)	(525.583)
Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	(43.406)	(16.073)
Captação de debêntures	1.005.882	-
Juros não pagos	3.336	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	361.091	50.850
Acréscimo (decréscimo) líquido do caixa e equivalente de caixa	(45.278)	20.604
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	47.951	27.347
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.673	47.951

Relatório da Administração

RELACIONAMENTO COM O AUDITOR

Ao longo do exercício de 2013, a CRT utilizou serviço de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para a realização de outro trabalho relacionado à auditoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais (ITR's) relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes do trabalho encontram-se abaixo:

Natureza do serviço: Emissão de carta conforto – Em 5 de março de 2013 foi contados os serviços de auditoria para emissão de carta conforto em virtude da emissão de Debêntures públicas . Esse tipo de serviço é relacionado com os trabalhos de auditoria de períodos anteriores e, conseqüentemente, devem ser efetuados pelos auditores independentes da Companhia.

O valor total dos serviços descritos acima totaliza R\$ 786.600 (setecentos e oitenta e seis mil e seiscentos reais) e equivalente a 242% do total de honorários relativos aos serviços de auditoria externa. O serviço descrito acima possui prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 2039, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, pago à ARTESP, foi de R\$517 milhões. Com as correções dos valores das parcelas pelo IPCA, conforme determinado pelo Contrato de Concessão, o valor total da outorga fixa passou a ser de R\$542 milhões, o qual foi pago integralmente dentro dos prazos estipulados pela ARTESP. A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”.

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio e de receitas acessórias. Conforme mencionado na nota Nº 16, o percentual aplicável sobre a receita bruta referente ao ônus variável foi revisto em julho de 2013 passando a ser de 1,5%. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, totalizando 415 km, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. A Companhia administra também a SP-308 que liga Piracicaba à Salto, SP-101 entre Tietê e Campinas, SP-113 entre Tietê e Rafard e SP-209 que liga a Rodovia Marechal Rondon à Rodovia Castello Branco em Botucatu.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$1.128 milhões (R\$2.279 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Financiamento das operações relacionadas à concessão

Conforme comentado acima, a Companhia, em 2009, assumiu a operação do Corredor Marechal Rondon Leste, após ser a vencedora do processo licitatório ocorrido em 2008, sendo pago ao poder concedente o montante de R\$542 milhões a título de outorga fixa durante os 18 primeiros meses de operação.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Financiamento das operações relacionadas à concessão --Continuação

Para financiar este projeto, a Concessionária obteve junto a um sindicato bancário liderado pelo Banco do Brasil e Banco Espírito Santo um empréstimo-ponte no valor de R\$340.000, quitado em 21 de dezembro de 2010 com os recursos obtidos pela emissão da 1ª série de notas promissórias no valor nominal de R\$450.000, remuneradas com base em 100% do CDI + juros anuais de 3,7%, com vencimento para 21 de junho de 2011, prorrogadas para 17 de dezembro de 2011 (2ª série) e, novamente, para 13 de junho de 2012 (3ª série), para melhor estruturação do empréstimo de longo prazo, o qual já previsto no modelo econômico-financeiro inicial da concessão.

Em 01 de junho de 2012, a Companhia assinou com o Banco BTG Pactual S.A. um contrato, com garantia firme, para estruturação, coordenação e distribuição pública de debêntures da Companhia até 13 de agosto de 2013. O BTG Pactual S.A. adquiriu, então, no mercado secundário, as notas promissórias que venceram dia 13 de junho de 2012, prorrogando-as em 60 dias.

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia realizou a emissão da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$600.000, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento em 13 de agosto de 2013. Os recursos financeiros obtidos, líquidos de custos de captação de R\$7.494, foram utilizados na liquidação da 3ª série de notas promissórias, no montante de R\$525.583 e o restante, no valor de R\$66.923, foi destinado para o financiamento de obras, conforme cronograma previsto no Contrato de Concessão.

Conforme divulgado na Nota 14, em 05 de julho de 2013, a Companhia concluiu, com sucesso, a emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$1.065.000, remuneradas pela variação do IPCA + juros anuais de 8%. O prazo de vigência é de 15 anos, contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, e com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente. Os recursos financeiros obtidos, líquidos de custos de captação de R\$62.755, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures e o financiamento de obras previstas no Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.1) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A Companhia contabiliza as receitas de serviços de construção de acordo com os pronunciamentos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas, em conta de resultado proveniente de receitas de construção, tendo como contrapartida o ativo intangível. A receita de serviços de construção é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Esta receita é calculada com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela administração, com base em premissas devidamente fundamentadas. No caso da Companhia, esta margem é de 0% (zero por cento) devido ao modelo adotado de contratação das obras.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.1) Apuração do resultado--Continuação

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente.

2.2) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício.

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não fazia parte de contratos com derivativos embutidos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possui ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis geralmente não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Empréstimos e recebíveis--Continuação

A amortização dos juros efetivos é reconhecida como receita financeira no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos financeiros e recebíveis referem-se à caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa - compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Aplicações financeiras vinculadas – Compreendem aplicações com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.
- Contas a receber - referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros—Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

c) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos.

Mensuração subsequente--Continuação

c) Investimentos mantidos até o vencimento--Continuação

A amortização dos juros efetivos é reconhecida na rubrica de receitas financeiras, no resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável,

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros—Continuação

(ii) Ativos financeiros--Continuação

dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

d) Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expirarem; e
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, ou derivativos classificados como instrumento de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de outros passivos financeiros, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, notas promissórias a pagar, credor pela concessão, mútuos a pagar a partes relacionadas, instrumento financeiro derivativo, empréstimos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 – Derivativos, incluindo derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

b) Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do exercício no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Outros passivos financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, todos os instrumentos financeiros passivos da Companhia, exceto pelo instrumento financeiro derivativo, estão classificados nessa categoria.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida no resultado do exercício.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utilizou instrumentos financeiros derivativos para proteção de risco de taxa de juros das notas promissórias (*swap* de taxa de juros) em 2013. O instrumento financeiro derivativo foi inicialmente reconhecido ao valor justo na data em que o derivativo foi contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Esse instrumento financeiro derivativo é apresentado como ativo financeiro quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivo financeiro quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, com exceção da parcela eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

Para os fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado; ou
- *hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- *hedge* de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

No reconhecimento inicial da relação de *hedge*, a Companhia classificou formalmente e documentou a relação de *hedge* à qual a Companhia desejou aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação incluiu a identificação do instrumento de *hedge*, o item objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliou a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças nos fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*. A demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, foram também incluídos na documentação da relação de *hedge*.

Por ser designado como um *hedge* de fluxo de caixa, a parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para a relação de *hedge* excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

O valor contabilizado em outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e,
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	46.758	21.620
Provisão para manutenção a valor presente	(i) 31.626	13.160
Ajuste a valor presente	<u>15.133</u>	<u>8.460</u>

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% em 31 de dezembro de 2013 (8,25% em 2012) que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.5) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 8, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.6) Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente antes dos impostos, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis-- Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.8) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e ou debênturas atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.9) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.9) Provisões--Continuação

Provisão para demandas judiciais--Continuação

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.11) Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação. A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas, exceto as de construção, são provenientes, substancialmente, de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.12) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o exercício, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.13) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Listamos a seguir os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros*

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

- *Entidades de Investimento (Revisões de IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)*

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimentos de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimentos registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis—Continuação

2.13) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013 – Continuação

- *IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32*

Essas revisões esclarecem o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- *IFRIC 21 Tributos*

O IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

- *IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39*

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e 11.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Disponibilidades	1.170	1.132
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	1.503	43.819
Debêntures – operações compromissadas (ii)	-	3.000
	<u>2.673</u>	<u>47.951</u>

- (i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).
- (ii) Referem-se à aplicação em títulos, com liquidez imediata e compromisso de recompra pela própria instituição financeira, remunerados com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>31/12/2013</u>
Circulante	93.262
Não circulante	254.838
	<u>348.100</u>

A Companhia mantém aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Estas aplicações são remuneradas a 102% do CDI.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

6. Contas a receber

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico a receber (i)	11.338	8.199
Cartões de pedágio a receber (i)	541	760
Receitas acessórias (i)	4.447	4.446
Indenizações a receber do Poder Concedente (ii)	-	3.716
Valores em trânsito	433	713
	<u>16.759</u>	<u>17.834</u>
Não circulante	-	(3.716)
Circulante	<u>16.759</u>	<u>14.118</u>

- (i) A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de Dezembro de 2013. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.
- (ii) Refere-se a tarifas não recebidas durante a suspensão da cobrança das tarifas entre os dias 18 e 24 de novembro de 2009, da praça de pedágio situada no município de Conchas, e entre os dias 20 e 24 de novembro de 2009, das demais praças, originada de uma ação civil pública movida pelo promotor de justiça da Comarca de Conchas, Estado de São Paulo. A Administração pleiteia o reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente pelos dias que não houve a cobrança de pedágio. Uma vez que a Companhia atendeu as regras estabelecidas no Contrato de Concessão, iniciando a arrecadação após a entrega do programa inicial de construção das praças de pedágio e das rodovias, e, dessa forma, o reequilíbrio econômico e financeiro é devido e previsto no Contrato de Concessão, a Administração não espera incorrer em perdas financeiras decorrente desses valores. Contudo, baseada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem o que atualmente o mais provável é que a Companhia recupere os valores via compensação com obras a serem realizadas ou extensão do prazo de concessão, a Companhia, baixou as contas a receber.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	31.553	9.183
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	571	573
Provisão para participação nos lucros	655	657
Outras provisões	148	182
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Perda não realizada com operação de derivativo (iii)	-	7.974
Provisão para manutenção de rodovias	10.753	4.474
Provisão para investimentos em rodovias	1.305	2.747
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	3.332	3.051
	<u>48.317</u>	<u>28.841</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (i):		
Amortização – curva de tráfego (ii)	<u>(21.299)</u>	<u>(14.747)</u>
	<u>(21.299)</u>	<u>(14.747)</u>
Líquido	<u>27.018</u>	<u>14.094</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.
- (iii) Refere-se ao efeito tributário sobre o valor justo do derivativo (vide Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$92.803 (R\$27.009 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2013 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>31/12/2013</u>
2017	5.093
2018	4.882
2019	6.007
2020	15.849
2021	<u>16.486</u>
	<u>48.317</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício social findo em 31 de Dezembro de 2013. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados em decorrência da solução final das respectivas demandas judiciais e outros eventos, cuja perspectiva de realização é de longo prazo.

b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.841	(14.747)	14.094
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do exercício	22.370	-	22.370
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	(3)	-	(2)
Provisão para participação nos lucros	(2)	-	(2)
Outras provisões	-	-	(34)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Perda não realizada com operação de derivativo	(5.718)	-	(7.974)
Provisão para manutenção de rodovias	6.781	-	6.279
Provisão para investimentos em rodovias			
Reversão do ajuste a valor presente	182	-	182
Remensuração da provisão para realização de obras	10.548	-	6.278
Pagamento da provisão pela realização de obras	(26.557)	-	(9.583)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	-	-	(1.841)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	11.875	-	3.803
Amortização – curva de tráfego		(6.552)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>48.317</u>	<u>(21.299)</u>	<u>27.018</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.787	(9.518)	7.269
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do exercício	2.581	-	2.581
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	70	-	70
Provisão para participação nos lucros	(32)	-	(32)
Outras provisões	(46)	-	(46)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Perda não realizada com operação de derivativo	7.974	-	7.974
Provisão para manutenção de rodovias	3.058	-	3.058
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	180	-	180
Reversão do ajuste a valor presente	241	-	241
Remensuração da provisão para realização de obras	4.746	-	4.746
Pagamento da provisão pela realização de obras	(11.968)	-	(11.968)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	(1.743)	-	(1.743)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	6.993	-	6.993
Amortização – curva de tráfego	-	(5.229)	(5.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.841	(14.747)	14.094

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(55.115)	(8.821)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	18.739	2.999
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	42	(2.032)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	18.781	967
Taxa efetiva	34%	11%

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de Depreciação %	31/12/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	681	(166)	515	610
Equipamentos de informática	20	3.246	(1.574)	1.672	1.231
Equipamentos de telefonia	20	197	(92)	105	145
Terrenos	-	84	-	84	84
Edifícios	3,8	6.366	(257)	6.109	6.175
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	203
Outros	10 a 20	953	(408)	545	694
		11.527	(2.497)	9.030	9.142

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão, de propriedade, portanto, da Companhia.

O saldo de edifícios refere-se ao centro de controle operacional e sede da Companhia na cidade de Salto/SP.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado--Continuação**b) Movimentação**

	31/12/2013			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	709	1	(29)	681
Equipamentos de informática	2.325	921	-	3.246
Equipamentos de telefonia	197	-	-	197
Terrenos	84	-	-	84
Edifícios	6.175	200	(9)	6.366
Adiantamentos a fornecedores	203	-	(203)	-
Outros	929	31	(7)	953
	10.622	1.153	(248)	11.527
Depreciação				
Móveis e utensílios	(99)	(68)	1	(166)
Equipamentos de informática	(1.094)	(480)	-	(1.574)
Equipamentos de telefonia	(52)	(40)	-	(92)
Edifícios	-	(257)	-	(257)
Outros	(235)	(179)	6	(408)
	(1.480)	(1.024)	7	(2.497)
Líquido	9.142	129	(241)	9.030
	31/12/2012			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	343	366	-	709
Equipamentos de informática	1.853	472	-	2.325
Equipamentos de telefonia	196	1	-	197
Terrenos	-	84	-	84
Edifícios	-	-	6.175	6.175
Imobilizações em andamento	4.728	1.447	(6.175)	0
Adiantamentos a fornecedores	-	203	-	203
Outros	143	786	-	929
	7.263	3.359	-	10.622
Depreciação				
Móveis e utensílios	(44)	(55)	-	(99)
Equipamentos de informática	(645)	(449)	-	(1.094)
Equipamentos de telefonia	(13)	(39)	-	(52)
Outros	(46)	(189)	-	(235)
	(748)	(732)	-	(1.480)
Líquido	6.515	2.627	-	9.142

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

9. Intangível

a) Composição

		31/12/2013			31/12/2012
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(40.765)	501.479	512.341
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	136.047	(8.629)	127.418	105.854
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	192.451	(6.080)	186.371	121.725
Serviços de construção - em andamento	(iii)	112.127	-	112.127	66.198
Outros	(iv)	5.522	(517)	5.005	5.141
Direito de uso de software		1.150	(632)	519	528
		989.541	(56.623)	932.918	811.787

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 13.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 13.b).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

9. Intangível--Continuação**b) Movimentação**

	31/12/2013					Saldo final
	Saldo Inicial	Adições	Remensuração	Baixas	Transferências	
Custo						
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	111.548	130	491	(28)	23.906	136.047
Serviços de construção - obras concluídas	125.173	9	-	(91)	67.360	192.451
Serviços de construção - em andamento	66.198	137.253	-	(58)	(91.266)	112.127
Outros	5.522	-	-	-	-	5.522
Direito de uso de software	954	196	-	-	-	1.150
	851.639	137.588	491	(177)	-	989.541
Amortização						
Direito de outorga da concessão	(29.903)	(10.862)	-	-	-	(40.765)
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	(5.694)	(2.935)	-	-	-	(8.629)
Serviços de construção - obras concluídas	(3.448)	(2.632)	-	-	-	(6.080)
Outros	(381)	(136)	-	-	-	(517)
Direito de uso de software	(426)	(206)	-	-	-	(632)
	(39.852)	(16.771)	-	-	-	(56.623)
Líquido	811.787	120.817	491	(177)	-	932.918

	31/12/2012					Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Remensuração	Baixas	Transferências	
Custo						
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	96.036	-	15.591	(215)	136	111.548
Serviços de construção - obras concluídas	76.226	-	-	-	48.947	125.173
Serviços de construção - em andamento	37.007	78.274	-	-	(49.083)	66.198
Outros	7.155	-	(1.633)	-	-	5.522
Direito de uso de software	901	53	-	-	-	954
	759.569	78.327	13.958	(215)	-	851.639
Amortização						
Direito de outorga da concessão	(19.794)	(10.109)	-	-	-	(29.903)
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	(3.874)	(1.898)	-	78	-	(5.694)
Serviços de construção - obras concluídas	(1.860)	(1.588)	-	-	-	(3.448)
Outros	(276)	(105)	-	-	-	(381)
Direito de uso de software	(255)	(171)	-	-	-	(426)
	(26.059)	(13.871)	-	78	-	(39.852)
Líquido	733.510	64.456	13.958	(137)	-	811.787

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

9. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

Durante os exercícios de 2013 e 2012, a Companhia remensurou a provisão para investimentos em rodovias pela revisão da estimativa e época para liquidar a obrigação presente e reconheceu o ajuste em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto na OCPC 05. Vide nota explicativa nº 13.b. A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

c) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$3.022 (R\$1.000 em 2012). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 2%, que representa a taxa efetiva de juros das debentures no exercício, liquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos.

10. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo registrado no montante de R\$37.797 na rubrica de "Empréstimos", no passivo circulante, corresponde ao capital de giro junto ao Banco Itaú S.A, contratado em 5 de julho de 2013 e com vencimento em 30 de junho de 2014. Os juros do financiamento correspondem a CDI +3% a.a. De acordo com a modalidade deste financiamento, não há ativos dados em garantia.

11. Notas promissórias

Em 31 de dezembro de 2012 os saldos referem-se a 4ª série de notas promissórias comerciais, emitidas em 13 de agosto de 2012, no montante de R\$600.000, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento do principal em 13 de agosto de 2013 e pagamento quadrimestral dos juros. As notas promissórias são remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Esses recursos captados foram substancialmente utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da terceira emissão. Os custos de captação totalizaram R\$7.494 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

11. Notas promissórias--Continuação

Essas notas promissórias estavam garantidas por: (i) alienação fiduciária das ações de controle acionário da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia; e (iii) constituição em garantia de todos os direitos emergentes da concessão.

Em julho de 2013 as notas promissórias foram totalmente quitadas com os recursos provenientes da emissão de debentures, mencionada na nota explicativa no. 14.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

12. Partes relacionadas

a) Remuneração da administração

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Remuneração fixa (1)	(1.085)	(911)
Remuneração variável (2)	(623)	(403)
	<u>(1.708)</u>	<u>(1.314)</u>

(1) Incluem salários e honorários da administração, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na nota explicativa nº 19.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 19.

b) Mútuos a pagar

	<u>Mútuos a pagar</u>		<u>Despesas financeiras</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Cibe Investimentos e Participações S.A.	22.595	20.807	1.788	1.710
Ascendi International Holding B.V.	22.596	20.808	1.789	1.710
	<u>45.191</u>	<u>41.615</u>	<u>3.577</u>	<u>3.420</u>

Os contratos de mútuos foram originalmente celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas, celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores.

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

13. Provisões

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão para demandas judiciais	1.678	1.686
Provisão para investimentos em rodovias	3.839	8.078
Provisão para manutenção em rodovias	<u>31.626</u>	<u>13.160</u>
	37.143	22.924
Parcela classificada no passivo circulante	<u>(829)</u>	<u>(3.658)</u>
Não circulante	<u>36.314</u>	<u>19.266</u>

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2013</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Saldo final</u>
Trabalhistas	282	(8)	274
Cíveis	1.404	-	1.404
	<u>1.686</u>	<u>(8)</u>	<u>1.678</u>

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2012</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Saldo final</u>
Trabalhistas	246	36	282
Cíveis	1.234	170	1.404
	<u>1.480</u>	<u>206</u>	<u>1.686</u>

O montante utilizado em 2013 refere-se a pagamentos efetuados, baixados em contrapartida da provisão.

As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

13. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui o equivalente a R\$651 de causas trabalhistas e R\$9.131 de causas cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 9. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

	31/12/2013					
	Saldo inicial	Atualização monetária	Remensuração	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo Final
Provisão para investimentos	8.144	566	115	-	(4.986)	3.839
Ajuste a valor presente (AVP)	(66)	-	-	66	-	-
	8.078	566	115	66	(4.986)	3.839

	31/12/2012					
	Saldo Inicial	Atualização monetária	Remensuração	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo Final
Provisão para investimentos	28.861	530	13.958	-	(35.205)	8.144
Ajuste a valor presente (AVP)	(776)	-	-	710	-	(66)
	28.085	530	13.958	710	(35.205)	8.078

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para investimentos em rodovias é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflita a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

13. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias--Continuação

Em 2012 e 2013, a Companhia revisou a estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente. A remensuração na provisão foi contabilizada em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto pela OCPC 05.

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	829	3.658
2016	3.010	4.420
	<u>3.839</u>	<u>8.078</u>

c) Provisão para manutenção em rodovias

É constituída com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do exercício. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2013</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Saldo Final</u>
Provisão para manutenção	21.620	25.140	46.758
Ajuste a valor presente (AVP)	(8.460)	(6.673)	(15.133)
Saldo	<u>13.160</u>	<u>18.467</u>	<u>31.626</u>

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2012</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Saldo Final</u>
Provisão para manutenção	8.917	12.703	21.620
Ajuste a valor presente (AVP)	(4.750)	(3.710)	(8.460)
Saldo	<u>4.167</u>	<u>8.993</u>	<u>13.160</u>

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

13. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>2013</u>
2017	14.182
2018	8.935
2019	4.612
2020	1.431
2021	2.466
	31.626

14. Debêntures

Emissão de Debêntures não conversíveis

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”), por meio do convênio entre a CVM e a ANBIMA celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008, conforme alterado, e em observância ao disposto no “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas”.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

14. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da *U.S. Securities Act of 1933* para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na *Rule 144A* editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S*, editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures e o financiamento de obras previstas no Contrato de Concessão.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures serão remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente.

As debêntures possuem certas cláusulas restritivas, sendo as principais:

- (a) Pagamento pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio (incluindo juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento do dividendo mínimo) ou qualquer outra participação nos resultados, ou realização de qualquer forma de distribuição ou transferência de recursos a seus acionistas;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

14. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

- (b) Concessão de mútuo, empréstimo, adiantamento ou qualquer outra modalidade de crédito, por qualquer meio, exceto adiantamentos a fornecedores no curso normal dos negócios;
- (c) Redução do capital social da Companhia ou resgate de ações da Companhia, exceto se previamente aprovado: (i) pelo Poder Concedente; e (ii) por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;
- (d) Transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a totalidade das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;
- (e) Vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira (neste último caso após transcorrido os prazos de cura previstos no respectivo contrato, se algum) a que estejam sujeitas a Companhia, assim entendidas as dívidas contraídas pela Companhia por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da Escritura de Emissão, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000 (ou seu equivalente em outras moedas);

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

14. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

- (f) Alteração, alienação ou transferência do controle acionário da Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), de forma direta ou indireta, exceto se (i) houver anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim com relação à referida alienação, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação; ou (ii) a Atlantia S.p.A. e a Ascendi Group SGPS, S.A. permanecerem como as sociedades controladoras finais, nas mesmas proporções detidas no capital social da Companhia na data de assinatura da Escritura de Emissão ou em proporções distintas, desde que referida diferença resulte exclusivamente da diluição de uma das controladoras finais pela outra em virtude da subscrição e integralização, direta ou indireta, de novas ações de emissão da Companhia;
- (g) Cisão, fusão ou incorporação da Companhia, incluindo incorporação de ações, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Companhia sem a anuência prévia e expressa de Debenturistas representando 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) Contratação pela Companhia de empréstimos, financiamentos, adiantamentos de recursos ou qualquer outra forma de operação de crédito não existentes na data de emissão das debêntures, que não possam ser classificados como um empréstimo para capital de giro ou um empréstimo subordinado ou pagamento pela Companhia de empréstimo subordinado ou empréstimo para capital de giro;
- (i) Celebração de qualquer contrato de parceria, associação ou *joint venture* envolvendo o Projeto de Investimento, que restrinja os direitos da Companhia em relação ao Projeto de Investimento e/ou às receitas dele decorrentes, incluindo, sem limitação, os Bens e Direitos Cedidos;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

14. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

- (j) Constituição e/ou prestação pela Companhia, de quaisquer ônus, gravames, garantias reais, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade da Companhia, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (i) onerações decorrentes de leis; (ii) onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; (iii) oneração constituídas em razão dos investimentos previstos no Contrato de Concessão; ou (iv) as garantias que serão prestadas no âmbito da emissão de debêntures, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (k) Alienação total ou parcial de equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência prévia e expressa de 2/3 dos titulares das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, excetuando-se as alienações ou onerações, em valor individual ou agregado, cujos montantes sejam inferiores a 2% do ativo não circulante da Companhia, conforme as últimas demonstrações financeiras anuais ou intercalares disponíveis da Companhia, limite esse que deverá ser observado durante toda a vigência das debêntures;
- (l) Alteração dos direitos das ações de emissão da Companhia existentes na data de assinatura da Escritura de Emissão e/ou emissão de ações preferenciais, partes beneficiárias e/ou de qualquer outro título ou valor mobiliário que conceda preferência no reembolso do capital ou conceda direito de participação nos lucros da Companhia;
- (m) Celebração de novos contratos ou realização de qualquer tipo de transação com partes relacionadas à Companhia, exceto quando o engenheiro independente verificar e neste sentido informar o agente fiduciário que referida celebração de contrato ou realização de transação está sendo contratada em condições iguais de concorrência de mercado; e

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

14. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

- (n) Não observância dos índices, a serem acompanhados semestralmente pelo agente fiduciário, com base nas informações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras, revisadas ou auditadas por auditor independente, e fornecidas ao Agente Fiduciário nos termos dos itens (i) e (ii) abaixo
- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) igual ou superior a 1,15 (um inteiro e quinze centésimos) e calculado, a partir (e inclusive) do semestre encerrado em 30 de junho de 2015 até a data de vencimento;
- (ii) relação entre dívida financeira e capital total de até (a) 85/15 desde a data de liquidação das debêntures até 31 de dezembro de 2018, (b) 75/25 de 31 de dezembro de 2018 até a data de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total das debêntures era de R\$1.030.385, sendo o montante de R\$ 3.336 classificados no passivo circulante e R\$1.027.049 no não circulante.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social está representado por 22.357.847.595 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Atlantia Bertin Concessões S.A.	50,00%	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	11.178.923.798
		<u>22.357.847.595</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital autorizado da Companhia era de R\$279.000.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia assegura a seus acionistas o pagamento de dividendos em cada exercício social, no montante de, no mínimo, 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% para constituição de reserva legal. Contudo, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório não será pago no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Os dividendos assim retidos serão pagos quando a situação financeira permitir.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

A distribuição dos dividendos da Companhia ocorrerá anualmente. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços semestrais ou em períodos menores, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital da Companhia. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Distribuição de lucros - continuação

Em função de não ter feito distribuição de lucro ou juros sobre o capital próprio até 31 de dezembro de 2013, a Companhia concluiu que aplicação da MP 627 e IN 1.397 não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2012, referia-se a parcela eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, líquida de impostos, que conforme mencionado na nota explicativa nº 21, foi liquidado em 2013.

16. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita com arrecadação de pedágio	186.110	172.442
Receita de serviços de construção	142.238	113.479
Receitas acessórias	5.432	4.800
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(16.574)	(15.474)
	<u>317.206</u>	<u>275.247</u>

As receitas de serviços de construção são calculadas com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela administração, com base em premissas devidamente fundamentadas. No caso da Companhia, esta margem é de 0% (zero por cento) devido ao modelo adotado de contratação das obras. Conseqüentemente, essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3%).

Reajuste das tarifas de pedágio

Foi publicada no Diário Oficial do Estado, em 27 de Setembro de 2013, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

16. Receita operacional líquida - Continuação

julho de 2013 pelo índice do IPCA, conforme termos originais do Contrato de Concessão, porém com repasse zero aos usuários das rodovias.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; e (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras.

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2013	2012
Com pessoal (Nota 19)	(20.136)	(19.294)
Serviços de terceiros	(28.011)	(24.783)
Depreciação e amortização	(17.795)	(14.603)
Ônus variável da concessão	(4.479)	(5.310)
Manutenção e conservação	(13.225)	(9.156)
Custo dos serviços de construção	(142.238)	(113.479)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 13.c)	(18.467)	(8.993)
Seguros e garantias	(5.986)	(5.288)
Honorários da administração (Nota 12.a)	(1.708)	(1.314)
Provisão para demandas judiciais (Nota 13.a)	(8)	(206)
Outros	(2.359)	(3.399)
	<u>(254.412)</u>	<u>(205.825)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(232.986)	(182.878)
Despesas gerais e administrativas	(21.426)	(22.947)
	<u>(254.412)</u>	<u>(205.825)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

18. Resultado financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	(103.470)	(70.317)
Perda com operação de derivativo (Nota 21)	(31.467)	(6.224)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 12.b)	(3.577)	(3.420)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias e credor pela concessão	(535)	(1.240)
Multas passivas	-	(5.672)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(286)	(171)
Outras despesas financeiras	(1.080)	(835)
	<u>(140.415)</u>	<u>(87.879)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	15.637	1.920
Ganho realizado com operação de derivativo (Nota 21)	5.860	7.780
Outros	937	79
	<u>22.434</u>	<u>9.779</u>
Resultado financeiro	<u>(117.981)</u>	<u>(78.100)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e encargos sociais	(15.352)	(14.794)
Benefícios previstos em lei	(1.442)	(1.393)
Benefícios adicionais	(2.122)	(1.947)
Plano de participação nos resultados	(1.220)	(1.160)
	<u>(20.136)</u>	<u>(19.294)</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados e administradores benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores e administradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados e administradores.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

19. Benefícios a empregados--Continuação

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável, aprovado pelo Conselho de Administração, para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

20. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido ou prejuízo do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido ou prejuízo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são equivalentes.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	<u>(36.334)</u>	<u>(7.854)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>22.357.847.595</u>	<u>22.357.847.595</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,0016251)	(0,0003513)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

21. Atividade de hedge e derivativo

Em 06 de setembro de 2012, para mitigar o risco de taxa de juros sobre as notas promissórias, remuneradas pela variação do CDI e *spread* de 3,7% ao ano, a Companhia contratou, junto ao Banco BTG Pactual S.A., um *swap* de taxa de juros, no qual a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores das taxas de juros variável (CDI e *spread* de 3,7%) e fixa de 8,35% (acrescida da variação do IPCA) calculados com base no valor nominal de R\$600.000. Esse *swap* pretende dar cobertura (*hedge*) às notas promissórias a pagar, dessa forma, depois de considerar o efeito do *swap* de taxa de juros, as notas promissórias, que representam 93% do total do passivo exposto ao CDI, estão sujeitas a taxa fixa de juros.

A marcação a mercado (valor justo) do instrumento financeiro derivativo foi calculada pela curva futura de mercado publicada pela BM&FBOVESPA, trazida a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para o prazo negociado.

Abaixo é apresentado o valor justo do *swap* existente em 31 de dezembro de 2012:

	<u>31/12/2012</u>
Ponta ativa – CDI + 3,7%	621.431
Ponta passiva – IPCA + 8,35%	(644.885)
Perda não realizada	<u>(23.454)</u>

Em 01 de outubro de 2012, a Companhia decidiu por aplicar a contabilidade de *hedge* para o referido contrato, o qual foi designado formalmente como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia classificou formalmente e documentou a relação de *hedge* à qual a Companhia desejou aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. Adicionalmente, foi avaliada a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças nos fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu perdas no resultado do exercício de R\$31.467, compostas como segue:

Varição do valor justo do <i>swap</i>	7.440
Reclassificação para resultado de perdas reconhecidas anteriormente em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido	24.027
	<u>31.467</u>

Os ganhos interinamente apurados e recebidos em espécie pela Companhia, no montante total de R\$5.680, na ocasião das trocas de fluxo de caixa, conjuntamente com o pagamento dos juros sobre as notas promissórias, foram contabilizados na rubrica receitas financeiras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, debêntures e mútuos a pagar a partes relacionadas.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2013, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação, que é afetado substancialmente pelo impacto da variação da taxa média do CDI sobre as aplicações financeiras e mútuos a pagar a partes relacionadas e variação do IPCA sobre debêntures .

A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – Provável:

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

22.Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro-Continuação

a. Risco de mercado (continuação)

Risco de taxa de juros--Continuação

- ✓ CDI – taxa de 9,77% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2013, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da administração seriam estáveis no próximo ano.
- ✓ IPCA – variação de 5,91% nos próximos 12 meses, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2013, divulgada pela BM&FBovespa.

		<u>Efeito no resultado antes dos impostos (1)</u>		
		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<u>Passivo financeiro</u>	<u>Risco</u>	<u>Estável</u>	<u>+25%</u>	<u>+50%</u>
Empréstimos Capital de Giro Itau	Aumento do CDI	(3.693)	(4.616)	(5.539)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(4.415)	(5.519)	(6.623)
Debêntures	Aumento do IPCA	(143.327)	(158.550)	(173.774)
		<u>Efeito no patrimônio líquido (1)</u>		
		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<u>Passivo financeiro</u>	<u>Risco</u>	<u>Estável</u>	<u>+25%</u>	<u>+50%</u>
Empréstimos Capital de Giro Itau)	Aumento do CDI	(2.437)	(3.047)	(3.656)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(2.914)	(3.643)	(4.371)
Debêntures	Aumento do IPCA	(94.596)	(104.643)	(114.691)
		<u>Efeito no resultado antes dos impostos (1)</u>		
		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<u>Ativo financeiro</u>	<u>Risco</u>	<u>Estável</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	34.009	25.507	17.005
		<u>Efeito no patrimônio líquido (1)</u>		
		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<u>Ativo financeiro</u>	<u>Risco</u>	<u>Estável</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	22.446	16.835	11.223

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer / auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é o valor registrado na rubrica contas a receber, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é o valor registrado na rubrica caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas, no balanço patrimonial.

Abaixo é demonstrada a abertura dos ativos financeiros:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Banco Banif	-	7.237
Banco Bradesco	126	9.236
Banco do Brasil	29	463
Banco Itaú	2.364	120
BES Investimento do Brasil	-	10.204
Banco Caixa Geral	-	10.203
Banco BTG Pactual	348.100	10.265
Fundo fixo de caixa	153	223
	<u>350.773</u>	<u>47.951</u>
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	348.100	-
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.673	47.951
Total	<u>350.773</u>	<u>47.951</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	22.564	-	-	22.564
Debêntures (Nota 14)	3.336	-	1.027.049	1.030.385
Empréstimo (Nota 10)	37.797	-	-	37.797
Credor pela concessão	257	-	-	257
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	-	-	45.192	45.192
Total	63.954	-	1.072.241	1.136.395

Conforme mencionado na Nota 14, em 05 de julho de 2013, a Companhia concluiu, com sucesso, a emissão de debêntures, que proporcionou alongamento da dívida.

c. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida as debêntures, mútuos a pagar a partes relacionadas, instrumento financeiro derivativo, menos caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2013	31/12/2012
Notas promissórias a pagar	-	603.605
Instrumento financeiro derivativo	-	23.454
Empréstimos	37.797	-
Mútuos a pagar a partes relacionadas	45.191	41.615
Debêntures	1.030.385	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.673)	(47.951)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(348.100)	-
Dívida líquida	762.600	620.723
Patrimônio líquido	162.220	188.182
Patrimônio líquido e dívida líquida	924.820	808.905

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

23. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.673	2.673
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	348.100	348.100
Contas a receber (Nota 6)	16.759	16.759
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	22.564	22.564
Credor pela concessão	257	257
Empréstimos (Nota 10)	37.797	37.797
Debêntures (Nota 14) (i)	1.091.479	1.155.156
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	45.191	45.191
	31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	47.951	47.951
Contas a receber (Nota 6)	17.834	17.834
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	20.241	20.241
Notas promissórias (Nota 11)	603.605	621.431
Instrumento financeiro derivativo	23.454	23.454
Credor pela concessão	578	578
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	41.615	41.615

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores e prestadores de serviços e credor pela concessão se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo das notas promissórias era estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

23. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

- taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 0,5% ao mês e não possuem data de vencimento.
- O valor justo das debêntures era obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado..
- O valor justo do instrumento financeiro derivativo era obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. A técnica de avaliação aplicada inclui modelo de precificação de *swaps*, com cálculo a valor presente. O modelo incorpora diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes e curvas das taxas de juros.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativo avaliado a valor justo

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui ativos avaliados a valor justo.

Passivo avaliado a valor justo

	31/12/2012			
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumento financeiro derivativo	23.454	-	23.454	-

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

24. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.295.043
	Responsabilidade civil	35.000
	Riscos de engenharia	193.706
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	71.878
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	134.477

25. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	3.022	1.000

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Salto - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 21 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC- 1SP198698/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Em atendimento ao parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os diretores da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia") declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Salto, 21 de fevereiro de 2014.

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Ricardo Jorge Dias de Oliveira
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes.

D E C L A R A Ç Ã O

Em atendimento ao parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, os diretores da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia") declaram que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Salto, 21 de fevereiro de 2014

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Ricardo Jorge Dias de Oliveira
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores